**AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE GRANDE PORTE.**

Trapp, Adriana Cristina Garcia; CORRAR, Luiz J. **Avaliação e Gerenciamento do Risco Operacional no Brasil**: Análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. Revista Cont. Fin – USP, São Paulo, nº 37, p. 24-36. Janeiro\Abril 2005.

Adriana Trapp, mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP – SP e Luiz Corrar, Doutor do Departamento de Contabilidade e Atuaria da FEA-USP – SP, trouxeram neste artigo a avaliação e o gerenciamento do risco operacional no Brasil, normas e fatos para a gestão do risco operacional, conceito de risco operacional, estágios na gestão de riscos operacionais, o estudo de caso baseado em uma instituição financeira de grande porte e suas considerações finais sobre o presente artigo.

Os autores iniciam o artigo falando sobre a instabilidade do mercado financeiro, representada pela volatilidade das taxas de juros e câmbio e pela expansão das atividades financeiras a outros países. Em 1998, o Comitê da Basiléia publicou o primeiro Acordo de Capital Basiléia que tem por objetivo fortalecer a saúde e estabilidade do sistema bancário internacional, definindo um capital mínimo para suportar os riscos de créditos. A atividade de intermediação financeira possui alguns riscos, sendo eles: associados aos riscos de variação de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito, risco de operações fora do balanço, risco de câmbio e outros riscos. Está sujeita também, a riscos de procedimentos internos inadequados. Logo os autores dividem os riscos da atividade bancária em dois grupos: riscos de intermediação financeira e riscos operacionais. A tendência mundial é promover o desenvolvimento de mecanismos para a gestão dos riscos operacionais, tanto para a sobrevivência da empresa, uma vez que uma única operação pode transformar um banco rentável em insolvente.

Em 1974, com o intuito de controlar as situações adversas decorrentes das atividades financeiras, bem como possibilidade a supervisão dos Bancos foi criando o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, que é uma organização internacional que visa promover a cooperação entre os Bancos Centrais e as instituições financeiras internacionais, seu objetivo é defender e difundir suas propostas de redução de riscos do sistema financeiro e a estabilidade da atividade bancária internacional. Em 1988 foi publicado o primeiro Acordo da Basiléia que buscava a padronização internacional da supervisão bancária, este acordo possuía como objetivo fortalecer a saúde e estabilidade do sistema bancário internacional, visando diminuir a desigualdade competitiva entre os Bancos internacionais. Na década de 90, o sistema financeiro internacional se deparou com uma onde de desastres financeiros, emergindo então a necessidade de controle do grau de exposição ao risco operacional. O foco desta nova estrutura são os Bancos internacionalmente ativos, os seus princípios básicos pretendem adequar-se a aplicação em Bancos com níveis variados de complexidade e sofisticação, promovendo a segurança e solidez do sistema financeiro. Esta nova estrutura fornece incentivos as instituições para que aumentem suas capacidades de mensuração e administração de riscos.

Os autores usaram a palavra de Ross et al para definir que o verdadeiro risco de qualquer investimento é representado pela parcela inesperada do retorno, resultante de surpresas. O risco está associado a qualquer grau de incerteza, ou seja, ocorre o risco em qualquer evento. Quanto ao risco operacional, os autores citam que refere-se as perdas potenciais resultantes de sistemas inadequados, má administração, controles defeituosos ou má falha humana, também incluem-se fraude e risco tecnológico.

Embora as instituições financeiras sejam diferentes é possível separar por estágios a gestão de risco operacional: 1) Estágio I – Base tradicional; 2) Estágio II – Conscientização; 3) Estágio III – Monitoramento; 4) Estágio IV – Quantificação; e 5) Estágio V – Integração.

O Banco pesquisado foi fundado em 1945, é um dos maiores Bancos privados do País, é o Banco de maior valor em Bolsa no Brasil. Atua em todos os segmentos, atende 9,2 milhões de clientes e possui certa de 42 mil funcionários. A estrutura organizacional é divulgada por meio de circular interna que é um dos documentos utilizados pelo Banco para a disseminação de normas e procedimentos. Casa unidade de negócios é responsável pela administração do risco operacional inerente as suas atividades. Para a administração dos riscos operacionais e dos demais riscos, os sistemas de informação utilizados são: 1) Manuais de Procedimentos; 2) Dicionário de Riscos; 3) Matrizes de Riscos e Controles; 4) Auto-avaliações; 5) Programas de Compliance; 6) Conciliação Contábil; 7) Sistema de Cadastro de Ocorrências de Riscos Operacionais; e 8) Sistema de Quantificação de Perdas Operacionais. Em síntese, é possível inferir que a instituição financeira pesquisada está em transição do Estágio II para o Estágio III, basicamente estruturando banco de dados com histórico de eventos de perdas, criação de indicadores de eficiência e rentabilidade para cada área de negócios.

Para finalizar, os autores deste artigo nos trouxe o conhecimento sobre o Acordo de Basiléia que para muitos não é conhecida, mostrando a importância da gestão de riscos em intuições financeiras, mostrando que existem instituições financeiras rentáveis, mas que se não organizarem sua gestão de riscos podem se tornar insolventes, pelo fato de atuarem em um ambiente instável. O artigo conclui seus objetivos, mostrando o estágio de desenvolvimento que a instituição financeira se encontra quanto as normas do Novo Acordo de Capital da Basiléia.

Recomenda-se a leitura deste artigo para alunos do curso de Ciências Contábeis e todos os funcionários de instituições financeiras. Ótima leitura e de fácil entendimento!